

EDITORIAL

*Lauro Mattei*¹

Nas últimas edições a Revista NECAT priorizou o debate nacional sobre assuntos que afetam o conjunto da população brasileira. Assim, o número 23, relativo ao primeiro semestre de 2023, discutiu o novo regime fiscal brasileiro, que ficou conhecido como o Novo Arcabouço Fiscal (NAF). Para tanto, contamos como um conjunto de artigos de diversos analistas econômicos e políticos de todo o país. Já o número 24, relativo ao segundo semestre de 2023, tratou da temática da Reforma Tributária, assunto que ainda continua em debate no Congresso Nacional (CN).

Na presente edição, que corresponde ao número 25, relativo ao primeiro semestre de 2024, tivemos a submissão de diversos artigos sobre temas diretamente relacionados ao estado de Santa Catarina, além da submissão de artigos de abrangência geral, os quais iniciam o presente número.

O primeiro artigo, intitulado “O poder do Banco Central do Brasil em uma economia financeirizada: uma análise institucionalista e foucaultiana” e de autoria de Jaime Miguel Pereira, Miguel Bruno e Stéphane Loguet, busca compreender a economia política presente na política econômica brasileira que conseguiu conciliar redistribuição e ortodoxia no Brasil durante os governos liderados pelo partido dos trabalhadores.

No segundo artigo, intitulado “Os tributos e a venda de títulos públicos financiam o Estado? Uma análise do caso brasileiro sob a ótica da Modern Money Theory” e de autoria de Rafael Voigtel e Marina Moreno de Farias, mostra-se que para o mainstream é consenso que os recursos advindos da venda de títulos públicos são os determinantes do financiamento estatal, ideias que não são inteiramente aceitas pela heterodoxia econômica, especialmente daqueles segmentos que seguem a Modern Money Theory (MMT), a qual mostra que os tributos e a venda de títulos não são os financiadores do Estado. Com base nesses pressupostos, os autores discutem a realidade brasileira diante do cenário de mudanças recentes, particularmente na esfera fiscal, com a introdução do Novo Arcabouço Fiscal (NAF) e a Reforma Tributária que ainda se encontra em debate no Congresso Nacional.

¹ Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador Geral do NECAT-UFSC e Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. Email: l.mattei@ufsc.br.

No terceiro artigo, intitulado “Notas sobre a desindustrialização da economia catarinense: evidências das últimas quatro décadas” e de autoria de Matheus Rosa, discute-se a temática da desindustrialização em Santa Catarina à luz do processo de perda de espaço por parte da indústria da transformação desde a década de 1990, tanto em termos da participação no produto interno bruto, como no saldo da balança comercial. Partindo do fato de que diversos estudos sobre assunto apresentavam limitações metodológicas, analisou-se o grau de industrialização da economia catarinense entre 1985 e 2020 e o comportamento da balança comercial da manufatura entre 1997 e 2020 e se concluiu que a economia catarinense se desindustrializou *pari passu* à economia nacional, ainda que em ritmo inferior, sendo essa desindustrialização marcada por uma redução na participação da indústria de transformação no PIB estadual e pela reprimarização da pauta exportadora.

O quarto artigo, intitulado “As normas e a qualidade da informação contábil: um estudo nos municípios da região da AMOSC/SC” e de autoria de Fernanda Luiza dos Santos e Daniel Arruda Coronel, busca determinar quais as variações que podem ser utilizadas pelos municípios para melhorar a qualidade das informações contábeis enviadas pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (Siconfi) à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Para tanto, o artigo elaborou um guia que possibilite a melhoria da qualidade da informação contábil a ser enviada ao Siconfi por meio de um conjunto de itens sobre qualidade das informações enviadas à STN comparando a pontuação dos municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC) no período entre 2019 e 2021.

O quinto artigo, intitulado “Informalidade e suas aparentes consequências para as metas de crescimento e qualidade laboral no estado de Santa Catarina: um estudo do 4º trimestre de 2015 até o 4º trimestre de 2022” e de autoria de Enzo De Gaspari Ramos e Gueibi Peres Souza, procurou analisar como a taxa de informalidade pode ter impactado os indicadores catarinenses relativos à qualidade laboral e às metas macroeconômicas no período antes mencionado visando compreender as externalidades, tanto positivas como negativas, nos indicadores utilizados. Como resultado, o estudo mostrou que a informalidade provocou efeitos negativos sobre as variáveis relacionadas à qualidade laboral, mesmo que a informalidade tenha sido importante fonte de ocupação da população catarinense no período considerado. Todavia, a precariedade dos empregos informais e

sua baixa qualidade impactaram de forma negativa o conjunto da economia estadual, indicando a necessidade da adoção de medidas que promovam uma formalização gradual da economia catarinense.

No sexto artigo, intitulado “Taxa de desemprego de Santa Catarina registra estabilidade no 1º trimestre de 2024” e de autoria de Pedro Henrique Batista Otero e Joana Lara Fernandes Feller, analisam-se os dados do emprego em Santa Catarina no 1º trimestre de 2024 com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua). Para tanto, observou-se a manutenção da taxa de desocupação na análise interanual, em decorrência do crescimento proporcional entre pessoas ocupadas e desocupadas, com conseqüente crescimento da força de trabalho e aumento na taxa de participação. O principal vetor de crescimento das ocupações no estado foi o setor de serviços, com protagonismo dos serviços de tecnologia da informação e no transporte de carga.

No sétimo artigo, intitulado “Análise da evolução da pobreza monetária no Brasil e em Santa Catarina no período entre 2012-2022” e de autoria de Lauro Mattei, Samya Campana, Kauê S. Alexandre e Bonifácio Packer, analisa-se a evolução da pobreza monetária no Brasil e em Santa Catarina no período entre 2012 e 2022 com atenção especial para o período entre 2020-2022 quando ocorreu a pandemia da Covid-19. Teoricamente partiu-se da definição de pobreza monetária, com base nas definições disseminadas pelo Banco Mundial. Para tanto, utilizou-se a renda domiciliar per capita média para mensurar a quantidade de pessoas que se encontravam na condição de pobreza e de extrema pobreza, tanto no Brasil como em Santa Catarina. Como resultados gerais, observou-se que durante a pandemia a pobreza atingiu seu ápice, particularmente no ano de 2021. Nesse período, 77,9 milhões de pessoas no Brasil foram classificadas como pobres, enquanto 19,1 milhões foram consideradas como extremamente pobres. Já em Santa Catarina, no mesmo período, 1,08 milhões de pessoas foram consideradas como pobres e 174,2 mil pessoas foram classificadas como extremamente pobres. Portanto, nas duas dimensões geográficas (Brasil e Santa Catarina) a pobreza atingiu seus maiores quantitativos durante a pandemia, com destaque para o ano de 2021.



Registramos que a Revista NECAT vem contribuindo para promover e disseminar o conhecimento sobre os mais distintos temas e assuntos pertinentes ao desenvolvimento socioeconômico do país e do estado catarinense. Nesta edição contamos com diversos estudos específicos sobre Santa Catarina, o que nos permitiu dar continuidade com nossa missão, enquanto universidade pública, e cumprir nosso papel junto à sociedade catarinense.